

# A China e a Guerra Russo-Ucraniana

Carlos Gaspar

*Assessor do Instituto da Defesa Nacional. Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA). Professor Catedrático Convidado da Universidade Autónoma de Lisboa.*

## Resumo

A Guerra Russo-Ucraniana tem uma importância crucial para a evolução da posição internacional da China. O regresso da guerra entre Estados à Europa põe em causa a balança regional europeia e a equação de segurança no continente euroasiático, cujo centro se transfere para Pequim. A China, tal como a Rússia, não tem alternativa à parceria estratégica sino-russa. Por outro lado, está criado um vínculo entre a estratégia de Putin na Ucrânia e a estratégia de Xi na “questão de Taiwan”. A rutura entre a Rússia e os Estados Unidos precede a rutura entre a China e os Estados Unidos e consolida a parceria estratégica entre as duas grandes potências revisionistas. Por último, a estratégia ofensiva da República Popular da China em relação a Taiwan torna irreversível o confronto com os Estados Unidos e consolida a tendência de bipolarização entre o “Ocidente Global” e o “Oriente Global” – entre a coligação conservadora dirigida por Washington e a coligação revisionista dirigida por Pequim.

**Palavras-chave:** China, Rússia, Ucrânia, Guerra, EUA, Putin, Xi Jinping.

## Abstract

### *China and the Russian-Ukrainian War*

*The Russo-Ukrainian War is of crucial importance for the evolution of China's international position. The return of war between states to Europe calls into question the European regional balance and the security equation on the Eurasian continent, the center of which is transferred to Beijing. China, like Russia, has no alternative to the Sino-Russian strategic partnership. On the other hand, a link is created between Putin's strategy on Ukraine and Xi's strategy on the "Taiwan question". The rupture between Russia and the United States precedes the rupture between China and the United States and consolidates the strategic partnership between the two great revisionist powers. Finally, the offensive strategy of the People's Republic of China in relation to Taiwan makes the confrontation with the United States irreversible and consolidates the tendency of bipolarization between the "Global West" and the "Global East" – between the conservative coalition led by Washington and the revisionist coalition led by Beijing.*

**Keywords:** China, Russia, Ukraine, War, USA, Putin, Xi Jinping.

Artigo recebido: 16.06.2023

Aprovado: 13.07.2023

<https://doi.org/10.47906/ND2023.165.05>

O reconhecimento da República Popular da China como a segunda maior potência internacional pelos Estados Unidos e pela Rússia e a sua revelação como uma potência ordenadora marcam uma viragem decisiva que põe em causa a ordem do *post*-Guerra Fria.

A evolução da estratégia chinesa é um processo gradual que se inicia depois do desastre da ocupação norte-americana do Iraque e da crise financeira internacional, interpretadas como sinais do declínio da principal potência internacional, que altera a balança do poder e torna irreversível a transição multipolar. As “Rotas da Seda” são a marca da estratégia global em que a República Popular da China se apresenta, pela primeira vez, como um modelo de desenvolvimento político e como o centro de uma nova ordem regional e internacional.

Os Estados Unidos e a Rússia respondem de forma simétrica e oposta à viragem. Em 2011, o “*pivot* asiático” norte-americano procura travar a ascensão da principal potência asiática com a reestruturação das alianças no Indo-Pacífico, nomeadamente no quadro do Diálogo de Segurança Quadrilateral – QUAD, na sigla em inglês – com o Japão, a Índia e a Austrália. Na mesma altura, o “*pivot* oriental” russo procura consolidar a parceria estratégica com a principal potência continental e contrabalançar a sua preponderância com a reestruturação das alianças na “Grande Eurásia”, nomeadamente no quadro da Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

A bipolarização entre os Estados Unidos, por um lado, e a coligação entre a China e a Rússia, por outro lado, passa a dominar a balança internacional. A assimetria crescente entre os dois parceiros continentais – a China é uma grande potência em todas as dimensões críticas, a Rússia é uma grande potência nas dimensões militar, diplomática e energética – força Moscovo a escolher uma estratégia de intervenção de alto risco. O sucesso das suas intervenções militares na Geórgia, na Ucrânia e na Síria é essencial para manter um estatuto de paridade na relação com Pequim e, ao mesmo tempo, mostra a incapacidade dos Estados Unidos e dos seus aliados para impor as regras da ordem internacional. A resposta ocidental à anexação da Crimeia – a primeira anexação territorial pela força na Europa do *post*-Guerra acaba por ser reconhecida na prática como um facto consumado – é interpretada como uma demonstração da decadência dos Estados Unidos e da superioridade da estratégia ofensiva da Rússia.

Nesse contexto, a China decide rever a sua estratégia para reconhecer uma conjuntura histórica excecional que legitima uma linha ofensiva cujo objetivo é substituir os Estados Unidos como a principal potência e impor uma nova ordem mundial. Em 2017, os responsáveis chineses declaram estar perante “mudanças sem precedentes nos últimos cem anos” – para os eruditos, a fórmula evoca a *contrario sensu* a frase do General Li Hongzhang que denuncia a penetração estrangeira no fim do século

XIX<sup>1</sup> como “mudanças sem precedentes nos últimos três mil anos” e, para os laicos, a fórmula evoca a primeira revolução comunista.

Nos anos seguintes, a escalada das tensões na relação entre os Estados Unidos e a China domina a política internacional. A última eleição presidencial norte-americana confirma essa tendência, quando Washington tenta normalizar as relações com Moscovo para dividir a coligação adversária que ameaça a estabilidade da ordem internacional. A resposta da Rússia é a invasão da Ucrânia que, por sua vez, vai pôr à prova a parceria estratégica com a China, nomeadamente pelo seu impacto direto na “questão de Taiwan”.

### **A Invasão da Ucrânia**

Os Presidentes da República Popular da China e da Rússia reúnem-se em Pequim, no dia 4 de fevereiro de 2022, nas vésperas dos Jogos Olímpicos de Inverno – Vladimir Putin é uma das raríssimas personalidades internacionais ao lado de Xi Jinping na cerimónia de abertura.

Há uma relação constante entre as intervenções militares russas e os Jogos Olímpicos. A invasão da Geórgia começa no dia 8 de agosto de 2008, a data escolhida para a cerimónia da abertura dos primeiros Jogos Olímpicos de Pequim organizada por Xi Jinping, que é o momento em que a nova China se apresenta à comunidade internacional, representada ao mais alto nível. O Presidente George W. Bush e o Primeiro-Ministro Putin estão presentes e mudam de lugar na cerimónia para ficarem lado a lado a discutir a invasão russa, perante a fúria dos responsáveis chineses<sup>2</sup>. Mas a China não condena a intervenção do seu parceiro estratégico, nem segue a Rússia quando Moscovo reconhece os seus protetorados na Abkázia e na Ossétia do Sul como Estados independentes.

Em fevereiro de 2014, Xi e Putin reúnem-se em Sochi nas vésperas dos Jogos Olímpicos de Inverno. Os dois Presidentes não fazem nem um comunicado conjunto, nem declarações públicas. No fim dos Jogos, a surpresa da intervenção russa na Crimeia antecipa a anexação do território, entregue pela União Soviética à República Socialista Soviética da Ucrânia cinquenta anos antes. Desde 1994, a integridade territorial ucraniana é especificamente garantida pelos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas nos termos do *memorandum* de Budapeste, que assegura a desnuclearização da Ucrânia: vinte anos depois, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França condenam e sancionam a Rússia, mas a China não condena

---

1 Rush Doshi (2021). *The Long Game. China's Grand Strategy to Displace American Order*: 263. Nova York: Oxford University Press.

2 George W. Bush (2011). *Decision Points*: 435. Nova York: Crown. Bobo Lo. *Russia, China, and the Georgian Dimension*. CER, 1 de outubro de 2008.

o seu “parceiro estratégico” e não reconhece a anexação da Crimeia<sup>3</sup>. Nas Nações Unidas, a China abstém-se na resolução que condena a mudança do estatuto da Crimeia e declara inválido o *referendum* organizado pelos ocupantes russos, ao lado do Brasil, da Índia e da África do Sul, entre outros.

A primeira visita de Putin na sequência da anexação é a Pequim, e a cimeira anual dos BRICS, o *forum* que reúne o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, é a primeira reunião multilateral a receber o Presidente russo. As sanções ocidentais não impedem as conversações entre a Chanceler alemã, o Presidente francês e os Presidentes da Rússia e da Ucrânia, no “Formato da Normandia”, para obter uma cessação das hostilidades na “guerra híbrida” que opõe as milícias russas às forças armadas ucranianas no Donbas, mas os acordos de Minsk não se referem à Crimeia e nunca são cumpridos. As relações entre Moscovo e Pequim passam a incluir o acesso chinês às armas mais avançadas, incluindo o sistema antiaéreo S-400 e os caças Su-35, e às reservas energéticas russas, com a construção do Power of Siberia<sup>4</sup>, enquanto a China substitui a Alemanha como o principal parceiro económico da Rússia.

No dia 4 de fevereiro de 2022, Xi e Putin estão em Pequim para assinar uma Declaração Conjunta em que a Rússia se alinha com o essencial das posições da China sobre a política internacional, incluindo a “questão de Taiwan”, e em que as duas potências se declaram unidas por uma “amizade sem limites”<sup>5</sup>, uma fórmula vaga que pode ser interpretada como uma referência às garantias de segurança recíprocas típicas das alianças<sup>6</sup>. Os dois Presidentes assistem também à assinatura de acordos que garantem o acesso da China aos recursos energéticos no Extremo-Oriente russo e, para confirmar o *rapprochement* sino-russo, desta vez a intervenção russa só tem lugar depois do encerramento dos Jogos de Pequim.

As autoridades chinesas desmentem formalmente que o Presidente Xi Jinping tenha tido conhecimento prévio da invasão russa e o futuro Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês publica um artigo de opinião para dizer isso mesmo<sup>7</sup>. Mas é difícil admitir essa hipótese. Desde logo, há um precedente importante, quando,

---

3 Mariana Budjeryn (2014). *The Breach. Ukraine’s Territorial Integrity and the Budapest Memorandum*. Wilson Center Issue Brief 3.

4 Alexander Lukin (2021). “Have We Passed the Peak of Sino-Russian Rapprochement?” *Washington Quarterly* 44 (3): 155-173. Bobo Lo. *Turning Point? Putin, Xi, and the Russian Invasion of Ukraine*. Lowy Institute, 25 de maio de 2022.

5 François Godement. *China’s Shifting Balance of Interests After the Ukraine Invasion*. Institut Montaigne, 14 de março de 2022. Ver também *Joint Statement of the Russian Federation and the People’s Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development*, Kremlin, 4 de fevereiro de 2022.

6 Owen Matthews é o único que refere a existência de um anexo secreto sobre garantias mútuas, sem citar nenhuma fonte. Owen Matthews (2022). *Overreach. The Inside Story of Putin’s War Against Ukraine*: 279. Dublin: Mudlark.

7 Qin Gang era na altura o Embaixador da República Popular da China em Washington. Qin Gang. “Where we stand on Ukraine”, *Washington Post*, 15 de março de 2022. Ver também Qin

em 1979, durante a sua visita oficial aos Estados Unidos, Deng Xiaoping informa o Presidente Jimmy Carter sobre a próxima invasão chinesa do Vietnã<sup>8</sup>: por certo, a intimidade estratégica entre Xi e Putin, que se reúnem várias vezes por ano, é mais forte do que a relação entre Deng e Carter, que se estavam a encontrar pela primeira vez. Por outro lado, há um padrão nos encontros entre Xi e Putin que precedem as intervenções russas na Ucrânia e não seria fácil explicar que o Presidente russo se tinha reunido com o Presidente chinês nas vésperas da invasão sem lhe dar uma palavra sobre as suas intenções, incluindo a decisão de esperar pelo fim dos Jogos de Inverno. Por último, não faz sentido proclamar uma relação especial – uma “amizade sem limites” – e admitir que numa cimeira três semanas antes de uma intervenção decisiva e com repercussões internacionais anunciadas – as sanções ocidentais estão prontas antes da invasão – Putin não tivesse nada para dizer a Xi Jinping. Tudo isso torna mais interessante a decisão chinesa de desmentir o óbvio como uma forma de se demarcar da decisão russa.

A resposta chinesa à invasão da Ucrânia segue o padrão anterior, embora a escala da agressão russa separe claramente a “operação militar especial” das intervenções na Geórgia e na Crimeia. Com efeito, a China não segue a Rússia no reconhecimento das entidades secessionistas no Donbas como Estados soberanos antes da invasão, nem condena a Rússia pela agressão contra um Estado soberano, membro fundador das Nações Unidas, inédita na Europa do *post*-Guerra: a diplomacia chinesa declara reconhecer a integridade territorial e a soberania da Ucrânia, sem se sentir obrigada a condenar a invasão russa<sup>9</sup>. A mudança na votação na Assembleia Geral das Nações Unidas é expressiva – 100 Estados-membros condenaram a anexação da Crimeia em 2014, mais de 140 condenam a invasão da Ucrânia em 2022. Pela sua parte, a China continua a abster-se, ao lado da Índia e da África do Sul, mas já sem poder contar com o Brasil: o número das abstenções baixa de 58, no caso da Crimeia, para 35, oito anos depois<sup>10</sup>.

A China não se limita a proteger a posição da Rússia em todas as instituições multilaterais de que faz parte, não só nas instituições das Nações Unidas, mas também no G20. As declarações oficiais e a imprensa controlada pelo regime comunista repetem os argumentos russos: a invasão da Ucrânia nunca é descrita como uma guerra, mas como um “conflito”, ou uma “crise”; a agressão da Rússia é justificada pela defesa

---

Gang. “The Ukraine Crisis and its Aftermath”. *National Interest*, 18 de abril de 2022. Em sentido contrário, Odd Arne Westad. “The Next Sino-Russian Split?” *Foreign Affairs*, 5 de abril de 2022.

8 Zbigniew Brzezinski (1983, 1985). *Power and Principle. Memoirs of the National Security Advisor 1977-1981*: 408-409. Nova Iorque: Farrar, Strauss, and Giroux.

9 *Remarks by Ambassador Zhang Jun at the Emergency Special Session of the U.N. General Assembly on Ukraine*, 28 de fevereiro de 2022.

10 United Nations. *Aggression Against Ukraine: resolution adopted by the General Assembly*, 2 de março de 2022.

dos seus interesses legítimos de segurança, ameaçados pelos Estados Unidos e pela expansão oriental da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO); e as autoridades e os *media* chineses não hesitam em repetir a desinformação russa, como no caso da denúncia da instalação de unidades de produção de armas biológicas – um tema clássico da propaganda soviética na Guerra da Coreia – na fronteira da Ucrânia com a Rússia, dias antes da invasão russa.

As relações bilaterais entre os dois parceiros intensificam-se: as empresas chinesas passam a ter acesso aberto aos mercados russos, onde vão substituir as empresas ocidentais; os estudantes chineses são admitidos nas universidades e em centros científicos russos; e começam as conversações sobre a construção do **Power of Siberia II**. Os exercícios militares conjuntos, bilaterais e multilaterais, continuam a ter lugar e, sobretudo, mantêm-se os contactos políticos ao mais alto nível, incluindo os dois Presidentes, que se reúnem de novo à margem da cimeira anual da OCX em setembro de 2022, no Uzbequistão.

O fracasso da conquista da Ucrânia é evidente desde os primeiros dias, quando as forças russas não conseguem entrar em Kyiv para decapitar as instituições políticas e militares ucranianas e instalar a sua “quinta coluna” no poder. O anúncio posterior da retirada das divisões russas que cercam a capital da Ucrânia confirma o desastre. A resistência nacional ucraniana, dirigida pelo Presidente Volodymyr Zelensky, transforma a “operação militar especial” de Putin numa guerra entre a Rússia e a Ucrânia<sup>11</sup>. Pior, os Estados Unidos e o “Ocidente coletivo”, ao contrário do que se passou nos casos da intervenção na Geórgia e da anexação da Crimeia, mobilizam-se para garantir a capacidade de defesa da Ucrânia contra a agressão da Rússia.

Nesse contexto, a China segue uma linha de prudência e respeita as regras definidas para evitar a escalada e manter a Guerra Russo-Ucraniana como uma guerra limitada. Essas regras incluem a interdição do recurso às armas nucleares – os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança assinam uma Declaração Conjunta nesse sentido nas vésperas da invasão<sup>12</sup> – e a não-intervenção das potências externas que, no caso chinês, exclui não só o envio de tropas, como o envio de armas para a Rússia<sup>13</sup>. De certa maneira, Pequim segue o precedente das guerras indo-paquistanesas, em que a China apoia o seu aliado sem intervir militarmente<sup>14</sup>.

---

11 Serhii Plokyh (2023). *The Russo-Ukrainian War*. Londres: Allen Lane.

12 A Declaração afirma que “uma guerra nuclear não tem vencedores e não pode nunca ser travada”. The White House. *Joint Statement of the Leaders of the Five Nuclear-Weapons States on Preventing Nuclear War and Avoiding Arms Races*, 3 de janeiro de 2022.

13 “After warnings, no evidence China is supplying arms to Russia, U.S. officials say”, *Washington Post*, 26 de fevereiro de 2023.

14 Andrew Small (2015). *The China-Pakistan Axis*. Oxford: Oxford University Press.

A China não só impede o isolamento político e diplomático da Rússia, como é a sua retaguarda estratégica segura, um parceiro económico e financeiro fiável e um mercado alternativo cada vez mais importante para os seus produtos energéticos. A *Entente* sino-russa consolida-se com a Guerra Russo-Ucraniana.

### A Crise de Taiwan

A crise de Taiwan, em agosto de 2022, que está na origem da pior crise das relações entre os Estados Unidos e a China no *post*-Guerra Fria, é inseparável da Guerra da Ucrânia.

Desde o primeiro dia da invasão russa, as autoridades chinesas sublinham que não pode haver nenhum paralelo entre a “questão de Taiwan” e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia<sup>15</sup>. O argumento retoma as posições canónicas de Pequim, cuja política oficial – “Uma China” – considera Taiwan como uma província rebelde que é parte integrante da República Popular da China. Nesses termos, trata-se de um assunto interno do Estado chinês, cuja soberania rejeita qualquer interferência externa na “questão de Taiwan”<sup>16</sup>. Para Pequim, todos os Estados que reconhecem a República Popular da China cortaram previamente relações com a República da China e aderem à sua posição sobre Taiwan, que as Nações Unidas reconhecem como parte da China desde 1971. Taiwan só é reconhecido como uma entidade soberana pela Santa Sé e por um número cada vez mais pequeno de Estados menores<sup>17</sup>.

Pelo contrário, a Ucrânia é um Estado soberano, membro das Nações Unidas desde 1945, reconhecido como tal pelos seus pares, incluindo a República Popular da China. Embora Pequim não o reconheça *expressis verbis*, a invasão da Ucrânia pela Rússia é uma violação dos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas, e a invasão de Taiwan pela República Popular da China nunca poderia ser considerada nos mesmos termos, uma vez que Taiwan não é membro das Nações Unidas.

E, todavia, a invasão da Ucrânia mudou o contexto internacional da “questão de Taiwan”. Desde logo, tal como a China de Xi em relação a Taiwan, a Rússia de Putin

---

15 Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. *Foreign Ministry Spokesperson Wang Wenbin Regular Press Conference on February 22, 2022*.

16 Chong Ja Ian. *The Many ‘One-Chinas’: Multiple Approaches to Taiwan and China*. Carnegie Endowment, 9 de Fevereiro de 2023. Adam Liff, Dalton Lin (2022). “The ‘One China’ Framework at 50 (1972-2022): The Myth of Consensus and Its Evolving Policy Significance”. *China Quarterly* 252: 977-1000. Richard Bush (2017). *A One-China Policy Primer*. Brookings Institution. Ver também People’s Republic of China. The Taiwan Affairs Office of the State Council. *The Taiwan Question and China’s Reunification in the New Era*, Pequim, agosto de 2022.

17 A Santa Sé e outros 12 Estados reconhecem Taiwan como a República da China e não têm relações com a República Popular da China: Belize, Guatemala, Haiti, Ilhas Marshall, Nauru, Palau, Paraguai, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Grenadinas, Eswatini e Tuvalu.

não reconhece a existência separada da Ucrânia como um Estado independente e soberano: a Guerra Russo-Ucraniana é uma “operação militar especial” e não uma guerra entre Estados soberanos. Por outro lado, tal como o regime político da Ucrânia é reconhecido como uma democracia liberal pelas democracias que se mobilizam para defender a sua independência, o regime político de Taiwan é reconhecido como uma democracia pluralista pelas outras democracias. Por último, a “operação militar especial” de Putin obrigou todos os responsáveis políticos a reconhecer que, por maioria de razão, Xi Jinping pode recorrer à força para completar a reunificação da China: o Partido Comunista da China (PCC) nunca excluiu essa possibilidade e Xi declarou que não ia deixar a “questão de Taiwan” por resolver para a próxima geração<sup>18</sup>.

As relações entre os Estados Unidos e a China deterioraram-se nos meses seguintes à invasão da Ucrânia. Os responsáveis chineses são surpreendidos pela resposta firme dos Estados Unidos, do Grupo dos Sete (G7) e da União Europeia; constata-se a cisão entre o “Ocidente coletivo” e a Rússia e a China, cuja convergência estratégica é reconhecida pelo novo Conceito Estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO); temem a estratégia norte-americana que procura formar coligações tecnológicas, económicas e securitárias para isolar a China; e julgam que Washington e Taipé insistem deliberadamente na ligação entre a invasão da Ucrânia e a segurança de Taiwan para legitimar um apoio crescente à defesa de Taiwan, o que não impede uma parte dos *media* chineses de afirmar que a não-intervenção dos Estados Unidos na Ucrânia antecipa a sua não-intervenção no caso de uma invasão de Taiwan<sup>19</sup>.

Pela sua parte, o Presidente Joseph Biden, contra as regras da política oficial de “ambiguidade estratégica”, declara repetidamente que os Estados Unidos estão preparados para defender Taiwan em caso de invasão chinesa<sup>20</sup>. O Secretário de Estado Antony Blinken define a China como a única potência que tem “a intenção de mudar a ordem internacional e o poder económico, diplomático, militar e tecnológico para o fazer” e

- 
- 18 Helena Lagarda. *The Next Hong Kong: Beijing's Vision for Taiwan*. MERICS China Security and Risks Tracker 03/22. John Dotson. China Signals a Harder Line Policy on Taiwan Through the 20th Congress and Beyond. *China Brief* 22 (17), 20 de setembro de 2022. Ver também Taiwan in US-China Economic and Security Review. *2022 Annual Report to Congress*: 589-660. Novembro de 2022. Ver ainda Xi Jinping. *Hold High the Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive for Unity to Build a Modern Socialist Country in All Respects*. Report to the 20th National Congress of the Communist Party of China, 16 de outubro de 2022.
- 19 Bonny Lin, Jude Blanchette. “China on the Offensive. How the Ukraine War Has Changed Beijing’s Strategy”. *Foreign Affairs*, 1 de agosto de 2022.
- 20 “Biden’s Last Taiwan Gaffe Stokes Tensions with Beijing”. *Bloomberg*, 23 de maio de 2022. Adam Taylor. “Three Theories on Biden’s Repeated Taiwan Gaffes”, *Washington Post*, 24 de maio de 2022. Ver também Stephen Wertheim. *The Troubling Repercussions of Biden’s Taiwan Gaffes*. Carnegie Endowment, 24 de maio de 2022.
-

declara que os Estados Unidos se opõem a “mudanças unilaterais do *statu quo*” nos Estreitos da Formosa<sup>21</sup>. A Presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen e uma parte importante dos responsáveis europeus consideram a China como um “rival sistêmico” e declaram que a mudança pela força do *statu quo* nos Estreitos da Formosa é inaceitável. Um número crescente de membros do Congresso dos Estados Unidos, do Parlamento Europeu e de outros parlamentos nacionais multiplicam os sinais de reconhecimento da democracia parlamentar em Taiwan.

Nas vésperas do fim do seu mandato como *speaker* da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi decide visitar Taiwan. Xi terá pedido a Biden para travar a visita, mas o Presidente, que se demarca da visita, não tem poderes sobre o Congresso<sup>22</sup>. A visita da terceira figura da hierarquia dos Estados Unidos, sem precedentes desde o fim da Guerra Fria, não pode deixar de pôr à prova as relações entre Washington e Pequim, tanto mais quando fica marcada para o princípio de agosto, três meses antes do XX Congresso do PCC. Nessas circunstâncias, Xi Jinping não pode deixar de fazer uma demonstração de firmeza.

Em 1995-1996, a terceira crise dos Estreitos da Formosa é desencadeada pela viagem aos Estados Unidos do Presidente Lee Tenghui – o primeiro Presidente eleito de Taiwan – à Universidade de Cornell, uma deslocação que não inclui nenhum contacto formal com as autoridades norte-americanas. Não obstante, as autoridades chinesas fazem uma demonstração de força com o lançamento de mísseis ao largo de Taiwan e é necessário enviar dois porta-aviões norte-americanos em direção aos Estreitos da Formosa para pôr fim à crise<sup>23</sup>. Em 2022, a quarta crise dos Estreitos da Formosa é desencadeada pela visita de Nancy Pelosi a Taipé, onde chega no dia 2 de agosto, sob a ameaça de retaliação das autoridades chinesas, que consideram a sua declaração de solidariedade democrática com Taiwan como uma violação da soberania e da integridade territorial da China<sup>24</sup>. Nesse mesmo dia, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês repete ao Embaixador norte-americano em Pequim que os Estados Unidos estão a “brincar com o fogo”<sup>25</sup>.

---

21 Antony Blinken. *The Administration's Approach to the People's Republic of China*. George Washington University, 26 de maio de 2022. A fórmula de Blinken é retomada pela *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos* publicada em outubro.

22 “Chinese leader asked Biden to prevent Pelosi from visiting Taiwan”, *Washington Post*, 20 de agosto de 2022.

23 Robert Ross (2000). “The 1995-96 Taiwan Strait Confrontation”. *International Security* 25 (2): 87-123. Ver também Carlos Gaspar (2020). *O Regresso da Anarquia*. Lisboa: Alêtheia.

24 “US House Speaker Nancy Pelosi lands in Taiwan amidst threats of Chinese retaliation”, *CNN*, 2 de agosto de 2022.

25 Xi Jinping diz o mesmo a Biden no telefonema entre os dois Presidentes antes da visita de Pelosi. “Xi warns Biden not to ‘play with fire’ ahead of potential Taiwan trip by Nancy Pelosi”, *Financial Times*, 28 de julho de 2022. Bonnie Glaser (2022). US-China Relations Sink Further Amid Another Taiwan Strait Crisis. *Comparative Connections* 24 (2): 32.

A resposta chinesa é uma demonstração sem precedentes da sua superioridade militar nas principais dimensões convencionais críticas para a defesa de Taiwan, nomeadamente nas dimensões balística, aérea e naval. Entre 2 e 10 de agosto, as forças chinesas, pela primeira vez, cercam a ilha da Formosa, bloqueiam todos os acessos marítimos e aéreos a Taiwan e encerram seis áreas à sua volta que são alvo de dezenas de mísseis lançados pelo Exército Popular de Libertação (EPL) na sua maior operação militar desde a invasão do Vietname em 1979. Pelo seu lado, os Estados Unidos consideram excessiva a resposta chinesa e evitam qualquer demonstração de força: no dia 18 de agosto, o porta-aviões *Ronald Reagan*, estacionado nos mares das Filipinas a leste de Taiwan, regressa à sua base no Japão<sup>26</sup>.

A quarta crise dos Estreitos, tal como a terceira, é uma reação chinesa a uma situação criada por Taiwan e pelos Estados Unidos. Pelo contrário, a primeira e a segunda crises, nos anos cinquenta, são iniciativas da China, que visam sobretudo testar a aliança sino-soviética. Nas duas crises da Guerra Fria, o EPL bombardeia Kinmen e Matsu, as pequenas ilhas junto à costa da China continental ocupadas pelo Guomindang; nas duas crises do *post*-Guerra Fria, os exercícios do EPL têm como objetivo principal a Formosa, numa escala limitada a seis tiros balísticos em 1995, numa escala maciça e sem precedentes em 2022.

O ensaio geral da invasão de Taiwan é o momento de revelação das novas forças armadas chinesas, tão modernas como as forças norte-americanas na maioria das categorias relevantes, incluindo a Marinha do Exército Popular de Libertação – PLAN, na sigla em inglês –, cujo desenvolvimento se inicia justamente na sequência da terceira crise dos Estreitos<sup>27</sup>. A República Popular da China passa a reclamar os mares adjacentes da China continental, incluindo os mares da China do Sul, como parte integrante da sua soberania, e a nova doutrina militar defende que a China tem de ser tanto uma grande potência continental, como uma grande potência marítima. Xi Jinping torna essa posição uma realidade e transforma a PLAN numa armada bi-oceânica, com capacidade para intervir no Pacífico e no Índico, onde prevalece a hegemonia marítima dos Estados Unidos e dos seus aliados do QUAD<sup>28</sup>.

A quarta crise dos Estreitos confirma que a prioridade atribuída às capacidades navais, tal como a aquisição à Rússia de sistemas de armas avançados, como o caça *Su-35*, são decisivas para dar credibilidade à ameaça de invasão de Taiwan no curto

---

26 Bonnie Glaser (2022): 33.

27 Oriana Skylar Mastro. “China’s huge exercises around Taiwan were a rehearsal, not a signal”, *Economist*, 10 de agosto de 2022. Oriana Skylar Mastro. “The Taiwan Temptation. Why Beijing Might Resort to Force”. *Foreign Affairs*, 5 de junho de 2021.

28 Andrew Erickson, Ian McCaslin. The Impact of Xi-Era Reforms on the Chinese Navy in Philip Saunders et al. (2019). *Chairman Xi Remakes the PLA*: 125-170. National Defense University. Ver também Congressional Research Service. *China Naval Modernization*. Washington, 15 de maio de 2023.

prazo. A demonstração de força chinesa é o sinal para o início de um debate aberto sobre os cenários e o calendário da invasão de Taiwan – o mandato de Xi termina em 2027, embora possa ser renovado –, que passa a ser um tema obrigatório nos debates estratégicos, nomeadamente nos Estados Unidos<sup>29</sup>.

Nos meses seguintes, Washington e Pequim procuram travar a crise nas relações bilaterais. Em agosto, Pequim cancela os contactos políticos, diplomáticos e militares, essenciais para evitar os cenários de escalada num acidente que possa envolver as forças armadas dos dois países. Em novembro, os Presidentes Xi e Biden reúnem-se à margem da cimeira do Grupo dos Vinte (G20) em Bali e decidem retomar os contactos bilaterais a todos os níveis, incluindo uma visita do Secretário de Estado a Pequim. Os dois Presidentes divergem em relação à Ucrânia e Taiwan é o tema principal da cimeira bilateral, em que Xi sublinha que a “questão de Taiwan está no centro dos interesses centrais da China e é a primeira linha vermelha que não pode ser violada nas relações entre os Estados Unidos e a China”<sup>30</sup>.

Porém, a lógica da competição estratégica entre as duas principais potências prevalece e, em fevereiro de 2023, nas vésperas da partida de Blinken para Pequim, o sobrevoos do território continental dos Estados Unidos por um balão meteorológico chinês que se desvia do seu trajeto provoca uma forte reação política em Washington. Biden manda abater o balão chinês, o Secretário de Estado cancela a visita à República Popular da China e os contactos militares voltam a ser suspensos.

Em abril, a Presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, encontra-se com o novo *speaker* da Câmara dos Representantes no aeroporto de Los Angeles. O EPL volta a fazer uma demonstração de força, mais breve do que o exercício anterior e sem tiros balísticos, mas com uma maior intervenção aérea e a presença de um dos seus porta-aviões. Desta vez, os Estados Unidos procuram restaurar a credibilidade da sua capacidade de dissuasão – um *destroyer* norte-americano atravessa os Estreitos por águas internacionais e um avião militar de reconhecimento patrulha o espaço aéreo internacional nos Estreitos da Formosa<sup>31</sup>. A quarta crise dos Estreitos não terminou e o EPL está preparado para manter uma pressão permanente sobre Taiwan<sup>32</sup>.

A guerra russo-ucraniana e a quarta crise dos Estreitos da Formosa são inseparáveis e põem à prova tanto a capacidade dos Estados Unidos para se concentrarem em

---

29 Joel Wuthnow *et al.* (2022). *Crossing the Strait*. National Defense University. Kori Schake, Allison Schwartz, editores (2023). *Defending Taiwan*. American Enterprise Institute.

30 Bonnie Glaser (2023). The Bali Summit: US and PRC Leaders Attempt to Arrest the Slide. *Comparative Connections* 24 (3): 29-40.

31 Sourabh Gupta. US-China Efforts to Set “Guardrails” Fizzles with Balloon Incident. *Comparative Connections* 25 (1): 37.

32 Christopher Twomey. The Fourth Taiwan Crisis is Just Starting. *War on the Rocks*, 22 de agosto de 2022.

duas frentes simultaneamente<sup>33</sup>, como a parceria estratégica entre a Rússia e a China, unidas na frente comum contra a “hegemonia americana”.

## A Diplomacia da Paz

No dia 16 de maio, o Embaixador Li Hui, “representante especial para a Eurásia”, inicia em Kyiv os contactos diplomáticos para discutir a “resolução política da crise ucraniana”, nos termos do anúncio feito pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em Pequim. Depois de passar por Varsóvia, Berlim, Paris e Bruxelas, a sua missão termina em Moscovo, onde Li Hui foi o Embaixador da República Popular da China entre 2009 e 2019, uma década crucial para a consolidação da aliança entre as duas grandes potências continentais.

A missão de Li é apenas a segunda intervenção da China num conflito europeu. A primeira data de outubro de 1956, quando Mao Tsetung se opõe a uma intervenção militar soviética na Polónia, depois do Partido Comunista polaco dar forma à “via nacional para o socialismo” e escolher Wladislaw Gomulka como Primeiro-Secretário sem consultar previamente Nikita Khrushchev e o centro soviético. O sucesso da intervenção de Mao confirma a importância do PCC no movimento comunista internacional, onde a preeminência do Partido Comunista Russo nunca tinha sido posta em causa<sup>34</sup>.

Em 2022, a China não pode nem impedir a invasão da Ucrânia pela Rússia, nem prescindir do seu principal aliado contra os Estados Unidos, o que não impede a diplomacia chinesa de defender, desde a primeira hora, o diálogo entre os dois beligerantes e entre a Rússia, a NATO e a União Europeia<sup>35</sup>. Essa posição é coerente com a neutralidade formal perante o conflito que Pequim manifesta quer nas Nações Unidas, quer nos contactos de alto nível com as autoridades norte-americanas e europeias, nas semanas seguintes ao início das hostilidades. A principal potência

---

33 Hal Brands, Michael Beckley. “The Coming War Over Taiwan”, *Wall Street Journal*, 4 de agosto de 2022. Hal Brands, Evan Montgomery (2020). “One War Is Not Enough”. *Texas National Security Review* 3 (2): 80-92.

34 Shen Zihua, Li Danhui. The Polish Crisis of 1956 and Polish-Chinese Relations Viewed from Beijing in Jan Rowinski, editor (2007). *The Polish October of 1956 in World Politics*: 75-115. Varsóvia: PISM. Mark Kramer (1998). “The Soviet Union and the 1956 Crises in Hungary and Poland: Reassessments and New Findings”. *Journal of Contemporary History* 33 (2): 163-214. Leszek Gluchowski. *Khrushchev, Mao Zedong, Gomulka, and Soviet-Polish Confrontation of October 1956*. Ms., novembro de 1997.

35 *Wang Yi speaks with U.S. Secretary of State Antony Blinken on the phone at request*. Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 5 de março de 2022. *President Xi Jinping has a videocall with President Biden*. Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 19 de março de 2022.

asiática mantém uma certa distância em relação ao conflito europeu e a referência à necessidade de conversações entre a Rússia, a NATO e a União Europeia confirma o seu alinhamento com a posição russa, que tenta justificar a agressão contra a Ucrânia com a ameaça que a expansão oriental das instituições europeias representam para a segurança da Rússia.

Numa fase inicial, em que as autoridades ucranianas estão preparadas para negociar a cessação das hostilidades, nomeadamente se puderem obter as garantias de segurança das principais potências ocidentais necessárias para manter a sua neutralidade, existe a possibilidade de uma intervenção diplomática chinesa. Mas Pequim não está presente no processo que leva à reunião de Ancara entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Rússia e da Ucrânia, mediada pela Turquia. Esse processo é interrompido pela descoberta dos massacres de Bucha, cometidos pelas tropas de elite russas durante o cerco à capital ucraniana<sup>36</sup>.

Na fase seguinte, a China torna-se a retaguarda indispensável da Rússia, sem que a sua diplomacia deixe de querer tirar partido do estatuto formal de neutralidade, sobretudo nas relações com as potências intermédias do “Sul Global”, que mantêm um estatuto efetivo de neutralidade. Com efeito, a Índia, o Paquistão, o Bangladesh, o Vietname, a África do Sul, a Argélia, a Etiópia e Angola abstêm-se em todas as votações das Nações Unidas que condenam a Rússia; e o Brasil, a Argentina, o Egito, a Indonésia, a Nigéria e o México, que condenam a Rússia na Assembleia Geral, votam contra a sua expulsão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. No seu conjunto, estes Estados não aplicam sanções contra a Rússia, nem apoiam a Ucrânia, e consideram a guerra europeia prejudicial para o “Sul Global”.

No passado, a aliança com a União Soviética não impediu a República Popular da China de fazer parte do Movimento dos Não-Alinhados contra a divisão entre os dois blocos na Guerra Fria, tal como a quase-aliança com os Estados Unidos não a impediu de se assumir como potência dirigente do “Terceiro Mundo” contra as duas grandes potências imperialistas. A China passou a ser a segunda maior potência internacional, o que não a impede de tentar federar as potências intermédias neutras do “Sul Global” numa frente alargada contra a “hegemonia norte-americana” e uma “nova Guerra Fria”, para consolidar a sua posição como uma alternativa global aos Estados Unidos.

Em abril, na reunião anual do Forum Boao para a Ásia, Xi Jinping anuncia a Iniciativa de Segurança Global (ISG), aberta a todos Estados, como um modelo alternativo ao modelo ocidental, assente nas alianças dos Estados Unidos e do “Ocidente coletivo”, que impõem a criação de “pequenos grupos” divisionistas e põem em causa a “indivisibilidade da segurança” – o velho conceito soviético que sustentava a Conferência

---

36 Owen Matthews (2022): 274-291.

de Segurança e Cooperação Europeia regressa para legitimar a nova ordem chinesa<sup>37</sup>. O AUKUS – sigla em inglês da aliança tripartida formada pela Austrália, EUA e Reino Unido – e o QUAD, que a diplomacia chinesa denuncia como uma “NATO asiática”, são alvos preferenciais da ISG.

Na cimeira anual dos BRICS – uma alternativa à “pequena facção” do G7<sup>38</sup> –, a China e a Rússia defendem o alargamento a novas potências – a Argentina, a Argélia e o Irão são os primeiros candidatos oficiais, a par de manifestações de interesse da Arábia Saudita, da Venezuela e dos Emirados Árabes Unidos. No mesmo sentido, depois do alargamento à Índia e ao Paquistão, a OCX – a alternativa continental aos “pequenos grupos” divisionistas formados pelas alianças marítimas – passa a integrar o Irão como membro pleno e, em setembro, os Chefes de Estado e de Governo da Turquia, do Turquemenistão, do Azerbaijão e da Arménia são convidados a participar na cimeira anual da instituição multilateral euroasiática em Samarcanda.

A cimeira da OCX é a primeira que conta com a presença de Xi Jinping, depois de um período prolongado em que a epidemia do COVID-19 justifica a interrupção das viagens ao estrangeiro do Presidente chinês. Em outubro, o XX Congresso ratifica a sua escolha para um terceiro mandato como Secretário-Geral do PCC e marca o regresso de Xi às cimeiras internacionais. A sua prioridade é restaurar um quadro de normalidade nas relações da China com os Estados Unidos e, sobretudo, com os Estados europeus, prejudicadas pelo seu alinhamento com a Rússia e pela crise de Taiwan.

Em novembro, o Chanceler Olaf Scholz é o primeiro dirigente ocidental a ser recebido em Pequim por Xi Jinping, que vai participar nas cimeiras do G20 e no *forum* de Cooperação Económica da Ásia-Pacífico – APEC, na sigla em inglês –, durante as quais tem mais de vinte encontros bilaterais, incluindo o Presidente Biden, o Primeiro-Ministro Fumio Kishida e o Presidente Emmanuel Macron, entre outros – o Primeiro-Ministro Rishi Sunak é o único que cancela o seu encontro com o Presidente chinês. Xi procura demarcar-se da guerra de Putin para jogar na *détente* sino-europeia e separar as potências europeias do seu aliado norte-americano.

Nesse contexto, Xi sublinha a sua oposição ao uso e à ameaça do uso de armas nucleares, em contraste com a posição de Putin, que recorre repetidamente à intimidação nuclear, sobretudo depois da contraofensiva ucraniana forçar a retirada das suas forças de Kharkiv e de Kherson. Scholz repete de viva-voz a posição de Xi sobre as

---

37 A ISG é apresentada por Xi Jinping em 2022 no Forum Boao e, em 2023, as autoridades chinesas publicam sucessivamente um documento oficial sobre a hegemonia norte-americana e o conceito da ISG. *U.S. Hegemony and Its Perils*, Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 20 de fevereiro de 2023. *The Global Security Initiative Concept Paper*. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 21 de fevereiro de 2023.

38 Wang Sen. “With respect and equality, BRICS walks on the road of a new civilization”, *Global Times*, 27 de junho de 2022.

armas nucleares, que Biden inclui na transcrição do encontro de Bali<sup>39</sup>. A posição chinesa, que retoma os termos da Declaração Conjunta dos membros permanentes do Conselho de Segurança, é coerente com a defesa do regime de não-proliferação nuclear, essencial para a China poder neutralizar o risco do Japão, da Coreia do Sul e até de Taiwan passarem a ser potências nucleares, na sequência do precedente criado pela Coreia do Norte<sup>40</sup>.

O Presidente chinês pode tirar partido das ilusões europeias sobre o regresso da paz. Xi defende que “todas as partes” se devem empenhar em evitar a escalada do conflito e diz ao Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, que “a resolução da crise ucraniana por meios políticos é do interesse da Europa e de todos os países da Eurásia” – uma formulação que inclui a China e exclui os Estados Unidos<sup>41</sup>. Na conjuntura, a Rússia nada tem a perder se um acordo reconhecer a ocupação russa dos territórios ucranianos controlados pelas suas forças e a China tem tudo a ganhar com a separação entre os Estados Unidos e os seus aliados. Scholz e Macron não estão preparados para alinhar com a estratégia de Biden, cuja prioridade é a contenção estratégica da China, e querem evitar uma “nova Guerra Fria” – um tema constante da propaganda chinesa retomado pelos responsáveis europeus<sup>42</sup>; e ambos defendem a *détente* sino-europeia e estão preparados para valorizar a posição de Xi Jinping sobre a “resolução política” da Guerra Russo-Ucraniana.

No dia 24 de fevereiro de 2023, no primeiro aniversário da invasão russa, a China apresenta um documento para a “resolução política da crise ucraniana” com doze pontos que retomam as suas posições, incluindo a defesa dos princípios da Carta das Nações Unidas; a condenação do uso e da ameaça do uso de armas nucleares e dos ataques a instalações nucleares civis; e a defesa de regras humanitárias num conflito marcado pela brutalidade das tropas russas contra as populações civis na Ucrânia. O documento chinês, que reitera a oposição às sanções, não reconhece a agressão russa, nem se refere às questões territoriais ou ao futuro estatuto internacional da Ucrânia, e defende uma nova “arquitetura de segurança europeia” para garantir a estabilidade no “continente euroasiático”<sup>43</sup>.

A China quer ser reconhecida como um intermediário neutral. O Secretário de Estado norte-americano e o Secretário-Geral da NATO consideram que Pequim não tem condições para ser um mediador imparcial, mas Zelensky declara-se aberto à

---

39 A transcrição chinesa do encontro com Biden é omissa neste ponto. The White House. *Readout of President's Joe Biden Meeting with President Xi Jinping of the People's Republic of China*, 14 de novembro de 2022.

40 Michal Bogusz. *A tactical pause in relations with the West: China plays on hopes for peace*. OSW Commentary 478, 28 de dezembro de 2022.

41 “China’s Xi urges Ukraine talks in meeting with EU’s Michel”, AP, 1 de dezembro de 2022.

42 Olaf Scholz. “The Global Zeitenwende. How to Avoid a New Cold War in a Multipolar Era.” *Foreign Affairs*, 5 de dezembro de 2022.

43 *China’s Position on the Political Settlement of the Ukraine Crisis*, Xinhua, 24 de fevereiro de 2023.

iniciativa chinesa, embora rejeite à partida quaisquer cedências territoriais, incluindo a Crimeia. Pela sua parte, Putin admite que certos pontos do documento podem servir como ponto de partida para as conversações com a Ucrânia, embora implicitamente rejeite outros pontos inaceitáveis para a Rússia, que exige o reconhecimento da anexação não só da Crimeia, mas também dos *oblasts* de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia.

Em março, Xi está em Moscovo para a cimeira anual com Putin, numa demonstração de apoio ao Presidente russo, cada vez mais isolado no plano internacional. A China aparece como a potência dirigente numa parceria cada vez mais assimétrica e a Rússia está preparada para fazer concessões, como a formação de uma entidade russo-chinesa para desenvolver a rota marítima do Ártico (a passagem do Nordeste, que pertence à sua Zona Económica Exclusiva) e o uso da moeda chinesa nas trocas comerciais com a China e com terceiros; mas não há acordo para finalizar os acordos sobre a construção do Power of Siberia II, o segundo gasoduto que liga a Rússia à China, através da Mongólia<sup>44</sup>. No fim da cimeira, Xi sublinha a importância decisiva da parceria estratégica quando diz a Putin que a China e a Rússia podem comandar “as mudanças sem precedentes nos últimos cem anos” se continuarem unidas<sup>45</sup>.

A França, o Brasil, a Hungria ou a Bielorrússia manifestam apoio à mediação chinesa, que não tem resultados imediatos: a China de Xi não faz nada que possa pôr em causa a sua parceria com a Rússia de Putin e os dois beligerantes continuam convencidos de que podem ganhar a guerra. A *démarche* chinesa é apenas a primeira de uma série de iniciativas que partem da Santa Sé, da Indonésia ou da África do Sul, sem efeitos relevantes, e o próprio Secretário-Geral das Nações Unidas declara não existirem condições para negociar.

Em compensação, o reconhecimento da China como mediador na normalização das relações diplomáticas oficiais entre a Arábia Saudita e o Irão não só torna credível a sua diplomacia da paz, como estabelece a sua posição como uma potência externa no Médio Oriente e confirma o seu estatuto como a potência dirigente no eixo Pequim-Moscovo-Teerão.

A guerra russo-ucraniana tem uma importância crucial para a evolução da estratégia e da posição internacional da China. Desde logo, o regresso da guerra entre Estados à Europa, pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, é uma mudança que, como reconhece a diplomacia chinesa, põe em causa não só a balança regional europeia, mas a equação de segurança no continente euroasiático, cujo centro se transferiu para Pequim. A China de Xi, tal como a Rússia de Putin, não tem alternativa à parceria estratégica sino-russa, que é uma aliança indispensável e

---

44 Michal Bogusz, Witold Rodkiewicz. *Games between allies. Xi Jinping's visit to Moscow*. OSW Commentaries 502, 24 de março de 2023.

45 Alexander Gabuev. “What’s Really Going on Between Russia and China”. *Foreign Affairs*, 12 de abril de 2023.

competitiva, marcada por tensões entre as duas grandes potências continentais que se acentuam desde o início da guerra na Ucrânia.

Os limites da parceria estratégica são patentes. O Conceito de Política Externa russo confirma o *pivot* oriental de Moscovo, mas valoriza, em paralelo, as suas relações com a China e com a Índia, os dois rivais asiáticos<sup>46</sup>. A primeira cimeira de Xi com os Presidentes das cinco antigas Repúblicas soviéticas da Ásia Central indica que a China está preparada para reforçar a sua presença numa altura em que a capacidade de intervenção da Rússia, crucial para garantir a permanência dos regimes autocráticos locais, está muito condicionada. Pequim não pode aceitar mudanças políticas na Ásia Central que abram portas à penetração ocidental ou que possam sustentar os movimentos separatistas islâmicos no Xinjiang.

Por outro lado, está criado um vínculo entre a estratégia de Putin na Ucrânia e a estratégia de Xi na “questão de Taiwan”. Desde 1992, os documentos estratégicos norte-americanos identificam Taiwan e a Ucrânia como os dois conflitos potenciais mais perigosos do *post*-Guerra Fria, que podem pôr em causa interesses cruciais das três principais potências – a minoria russa e russófona na Ucrânia Oriental, a unidade do Estado chinês e a credibilidade dos Estados Unidos na defesa dos aliados. Em 2022, a invasão da Ucrânia antecipa uma nova crise nos Estreitos da Formosa e estabelece um vínculo entre os dois conflitos que estão no centro da balança do poder: a rutura entre a Rússia e os Estados Unidos precede a rutura entre a China e os Estados Unidos e consolida a parceria estratégica entre as duas principais potências revisionistas contra a principal potência internacional.

Nesse quadro, Xi Jinping não pode admitir a derrota de Putin na Ucrânia, mas a sua estratégia de reunificação não pode ficar refém da guerra russo-ucraniana, o que implica, por um lado, manter a flexibilidade diplomática indispensável para não prejudicar as suas relações com os aliados europeus e asiáticos dos Estados Unidos e, por outro lado, manter uma pressão estratégica crescente sobre Taiwan que visa provocar a erosão da soberania do regime democrático em Taipé para garantir a credibilidade interna e externa da sua decisão de resolver a “questão de Taiwan” num curto prazo<sup>47</sup>.

Por último, a estratégia ofensiva da República Popular da China em relação a Taiwan torna irreversível a ruptura com os Estados Unidos e consolida a tendência de bipolarização entre o “Ocidente Global” e o “Oriente Global” – entre a coligação conservadora dirigida por Washington e a coligação revisionista dirigida por Pequim. Se a China quiser tirar partido da oportunidade histórica para substituir os Estados Unidos – as “mudanças sem precedentes nos últimos cem anos” – é obrigada a

---

46 *The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation*, Approved by Decree of the President of the Russian Federation n° 229, 31 de março de 2023.

47 Mathieu Duchatel. Taiwan. Jusqu’où ira la Chine? *Institut Montaigne*, 2 de setembro de 2022.

manter uma estratégia de competição global com os Estados Unidos e a disputar o alinhamento do conjunto das potências intermédias, não só no “Sul Global”, como na Europa e na Ásia, onde a Alemanha, a França, a Grã-Bretanha e o Japão são os aliados de referência do seu rival. O que está em jogo nessa competição global são dois princípios opostos e dois modelos de ordenamento que se excluem reciprocamente – a ordem anárquica do sistema de Estados assente na força do direito, ou a ordem hierárquica dos impérios, assente no direito da força<sup>48</sup>.

---

48 Pierre Hassner (2002). États-Unis: empire de la force ou force de l’empire? in Pierre Hassner (2003). *La Terreur et l’empire. La violence et la paix II*: 160-214. Paris: Seuil.